

Correspondente nacional no inquérito European Sourcebook on Crime and Criminal Justice Statistics, desde 2001;

Membro da delegação portuguesa nos seguintes grupos e comités:

Taskforce — statistics on crime, criminal justice and victimisation (Eurostat), desde 2005;

Grupo de trabalho n.º 1 da Comissão Europeia para a eficiência da justiça (Conselho da Europa), em 2003 e 2004;

Subgrupo sobre crime e vitimação da rede europeia de prevenção da criminalidade, de 2001 a 2003;

Comité de Peritos sobre Protecção de Dados (Conselho da Europa), de 1996 a 1997;

Grupo de trabalho sobre protecção de dados (Conselho da União Europeia), de 1996 a 2000;

Integrou a missão de assistência técnica do projecto de cooperação para a implementação das estatísticas da justiça de Cabo Verde.

Despacho n.º 12 003/2007

Concretizada, no plano legislativo, a reforma orgânica do Ministério da Justiça, através da qual foi possível a diminuição do número de serviços e dos recursos a eles afectos, objectivo central do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), a par da promoção da cidadania, do desenvolvimento económico e da qualidade dos serviços públicos, importa proceder, na sequência da já realizada para o dirigente máximo, à designação da restante equipa dirigente de nível superior da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais (DGSP).

Assim, e considerando a competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício do cargo, como se evidencia na súmula curricular, publicada em anexo ao presente despacho, nomeio, ao abrigo do disposto nos artigos 18.º e 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, conjugados com os artigos 14.º, 26.º e 29.º do Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, e com o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 125/2007, de 27 de Abril, o licenciado João Manuel do Couto Guimas para exercer, em comissão de serviço, o cargo de subdirector da DGSP.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 1 de Maio de 2007.

4 de Maio de 2007. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Nota biográfica

1 — Dados pessoais:

Nome — João Manuel do Couto Guimas;
Data de nascimento — 3 de Junho de 1956;
Naturalidade — Famalicão, Guarda;
Estado civil — casado.

2 — Habilitações académicas — licenciatura em Direito concluída em 1983.

3 — Situação profissional actual:

De Abril de 1985 a 1988 — como técnico superior de 2.ª classe do Instituto de Reinserção Social foi colocado no Estabelecimento Prisional de Alcoeire;

De 1988 a 1990 — exerceu funções de assessoria jurídica no Instituto Nacional de Defesa do Consumidor, colocado no Gabinete Jurídico da Divisão de Apoio ao Consumidor;

Julho de 1990 — exerceu funções de assessoria jurídica no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa;

Julho de 1991 — exerceu funções de secretário, função equiparada a chefe de divisão, na Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa;

Novembro de 1993 — ao abrigo do n.º 1 do artigo 69.º do Estatuto Orgânico de Macau, recrutado para o território de Macau, onde desempenhou funções como assessor jurídico;

Julho de 1995 — designado chefe do Departamento de Gestão e Planeamento da Polícia Judiciária de Macau;

Janeiro de 1998 — nomeado inspector dos Serviços de Auditoria e Inspeção da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais;

De Setembro de 1998 a Julho de 1999 — exerceu funções de adjunto do director do E. P. de Caxias;

Julho de 1999 — nomeado director do E. P. de Sintra;

Novembro de 2000 — nomeado director do E. P. do Linho;

Agosto de 2006 — subdirector-geral dos Serviços Prisionais, cargo que exerce até à presente data.

4 — Outras funções:

Exercício de advocacia de 1984 a Novembro de 1994;

De 1992 a 1993 — professor na Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril;

Vogal da Comissão para os Descobrimentos em Macau;

Integrou o grupo de trabalho e estudo para implementação da televisão por cabo em Macau;

De 1995 a 1996 — professor na Escola da Polícia Judiciária de Macau;

Por designação do director-geral dos Serviços Prisionais integrou o conselho de coordenadores de avaliação de desempenho dos funcionários da DGSP na avaliação de 2004 e 2005;

De 2000 a 2006 — membro da direcção da Associação dos Directores Prisionais.

Despacho n.º 12 004/2007

Concretizada, no plano legislativo, a reforma orgânica do Ministério da Justiça, através da qual foi possível a diminuição do número de serviços e dos recursos a eles afectos, objectivo central do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), a par da promoção da cidadania, do desenvolvimento económico e da qualidade dos serviços públicos, importa proceder, na sequência da já realizada para o dirigente máximo, à designação da restante equipa dirigente de nível superior da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais (DGSP).

Assim, e considerando a competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício do cargo, como se evidencia na súmula curricular, publicada em anexo ao presente despacho, nomeio, ao abrigo do disposto nos artigos 18.º e 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, conjugados com os artigos 14.º, 26.º e 29.º do Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, e com o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 125/2007, de 27 de Abril, a licenciada, Julieta de Fátima Neves e Silva Nunes, para exercer, em comissão de serviço, o cargo de subdirectora da DGSP.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 1 de Maio de 2007.

4 de Maio de 2007. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Nota biográfica

1 — Dados pessoais:

Nome — Julieta de Fátima Neves e Silva Nunes;
Naturalidade — Lisboa;
Data de nascimento — 20 de Maio de 1956;
Estado civil — casada.

2 — Habilitações académicas — licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, concluída em 1985.

3 — Situação profissional actual:

Subdirectora-geral da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais desde 1 de Agosto de 2006, nomeada por despacho publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 152, de 8 de Agosto de 2006;

Assessora principal do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do ex-Ministério do Planeamento e da Administração do Território.

4 — Actividade profissional:

Desde 6 de Agosto de 2001 subdirectora-geral da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais;

De 19 de Agosto de 1998 até 31 de Julho de 2006, directora de serviços Financeiros e Patrimoniais na Secretaria-Geral do Ministério do Equipamento, Planeamento e da Administração do Território (MEPAT), do Ministério do Equipamento Social (MES), do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação (MOPH) e do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (MOPTC). Adjunta do Gabinete do Secretário de Estado da Administração Local, nomeada por despacho publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 10 de Abril de 2001 (2001-2002). Chefe de divisão de Coordenação Orçamental/Divisão de Planeamento e Coordenação Orçamental na Secretaria-Geral do Ministério do Planeamento e da Administração do Território (MPAT) e do Ministério do Equipamento, Planeamento e da Administração do Território (MEPAT) (1994-1998). Jurista na Direcção-Geral do Tribunal de Contas, no Núcleo Técnico de Contas — Apoio Jurídico Financeiro à 1.ª Contadoria-Geral de Contas — Domínios de: fiscalização prévia, fiscalização sucessiva, parecer sobre a Conta Geral do Estado, contas de gerência/contas de responsabilidade (1987-1994). Jurista no Gabinete Jurídico da Direcção-Geral do Tesouro, área financeira do Estado (1986-1987). Funções técnicas na Direcção de Serviços Financeiros da Direcção-Geral do Tesouro, Sector da Dívida Pública (1981-1986).

5 — Nomeações e representações:

Vogal da comissão de fiscalização do Instituto Tecnológico e Nuclear, nomeada por despacho conjunto publicado no *Diário da*

República, 2.ª série, de 17 de Outubro de 1996, com mandato renovado por despacho conjunto publicado no *Diário da República*, 2.ª série, 4 de Março de 2000;

Membro (por inerência) do conselho administrativo criado na Secretaria-Geral para a gestão de verbas concedidas pelo Fundo Social Europeu para co-financiamento do PROFAP, nos termos de despacho conjunto publicado no 2.ª série, de 25 de Junho de 1998 — Representante do MEPAT na comissão EURO do Ministério das Finanças (1999).

6 — Publicações — «2005 — Gabinetes dos Membros do Governo — Guia de Pessoal», edição da Secretaria-Geral do MOPTC (co-autoria).

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça

Despacho n.º 12 005/2007

Concretizada, no plano legislativo, a reforma orgânica do Ministério da Justiça, através da qual foi possível a diminuição do número de serviços e dos recursos a eles afectos, objectivo central do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), a par da promoção da cidadania, do desenvolvimento económico e da qualidade dos serviços públicos, importa proceder, na sequência da já realizada para o dirigente máximo, à designação da restante equipa dirigente de nível superior da Direcção-Geral da Administração da Justiça.

Assim e considerando a competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício do cargo, como evidenciam as súmulas curriculares, publicadas em anexo ao presente despacho, nomeio, ao abrigo do disposto nos artigos 18.º 19.º, ambos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, conjugados com os artigos 13.º, 26.º e 29.º do Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, e com os artigos 3.º e 8.º do Decreto-Lei n.º 124/2007, de 27 de Abril, os licenciados João Manuel Calado de Jesus Cabrita, Bruno Pinheiro de Sousa Rodrigues de Sá e António Manuel Serra Moreira para exercerem, em comissão de serviço, o cargo de subdirector-geral da Administração da Justiça.

O presente despacho produz efeitos a 1 de Maio de 2007.

7 de Maio de 2007. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*.

Curriculum vitae

Nome — António Manuel Serra Moreira, nascido em Agosto de 1960.

Habilitações literárias:

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), no ano de 1984.

Curso de especialização técnico-militar em Administração Financeira Aeronáutica, obtido na academia da Força Aérea, no ano de 1985.

Actividade profissional:

Oficial do quadro permanente de administração aeronáutica da Força Aérea, exerceu funções como responsável pelos serviços administrativos e financeiros em diversas unidades (1985-1991);

Director administrativo e financeiro de um grupo de empresas do sector da imobiliária e da construção civil (1991-2000);

Consultor do INDEG/ISCTE — Instituto para o Desenvolvimento da Gestão Empresarial, no âmbito do desenvolvimento dos sistemas de informação e controlo de gestão, no trabalho realizado no ano de 1994 destinado à Direcção-Geral de Portos;

Director-geral num grupo de empresas do sector agro-pecuário (2000-2002);

Consultor de empresas, nomeadamente no âmbito dos serviços da contabilidade financeira, da contabilidade analítica, da fiscalidade e da auditoria financeira;

Director-coordenador do departamento financeiro de um grupo de empresas do ramo da distribuição alimentar (2003-2005);

Subdirector-geral da Administração da Justiça desde 23 de Maio de 2005;

Curso de altos dirigentes frequentado no Instituto Nacional da Administração em 2006.

Actividade académica:

Docente, no ISCTE, na licenciatura de Organizações e Gestão de Empresas nas disciplinas de Contabilidade Financeira I e II, desde 1989, e na licenciatura de Finanças na disciplina de contabilidade Financeira I e II (1998-2002);

Docente, na Universidade Lusíada, na licenciatura de Gestão de Empresas, na disciplina de Contabilidade Geral (1997-2000);

Docente em vários cursos de pós-graduação e mestrados ministrados no INDEG/ISCTE — Instituto para o Desenvolvimento da Gestão Empresarial: no curso de pós-graduação em Ciências Empresariais, na disciplina de Sistemas Contabilísticos e Fiscalidade (1992-1993); no curso de pós-graduação em Marketing e Negócios Internacionais (1995-1996); no mestrado em Contabilidade, na disciplina de Contabilidade Financeira Avançada II (2000-2001); e no mestrado em Gestão dos Serviços de Saúde, na disciplina de Fundamentos da Contabilidade e Finanças (2000-2001);

Colaborador de várias instituições, na qualidade de docente, no curso de Gestão de Stocks ministrado na empresa OPCA — Obras Públicas e Cimento Armado, S. A. (1989), no curso de estágio para a Ordem dos Advogados (1990-1991), no curso de chefias de contabilidade (1991-1992) e no curso avançado sobre as normas internacionais de contabilidade (2005);

Co-autor do livro *Práticas de Contabilidade Financeira*, publicado em 1998, e de outros estudos e trabalhos na área da contabilidade financeira.

Nota curricular

Nome — Bruno Pinheiro de Sousa Rodrigues de Sá.

Data de nascimento — 15 de Fevereiro de 1973.

Habilitações literárias — licenciado em Organização e Gestão de Empresas pela Universidade Moderna de Lisboa, com especialidade em Gestão Financeira.

Cargos e funções — desempenhou funções de assistente da Direcção-Geral do World Trade Center de Lisboa de 1996 a 1997 — Assistente de contabilidade na Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, entre 1997 e 1998 — Consultor de aplicações informáticas financeiras na Sociedade de Distribuição e Comercialização Informática, L.da, entre 1998 e 2005 — Subdirector-geral da Direcção-Geral da Administração da Justiça desde 2005.

Nota biográfica

João Manuel Calado de Jesus Cabrita, casado, nascido em Pêra, concelho de Silves, a 27 de Dezembro de 1973.

Licenciatura em Direito pela Universidade Lusíada de Lisboa, em Setembro de 1996 — pós-graduação em Prática Forense e Assessoria Jurídica de Empresas, pela Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, em 2003.

Frequência de curso de contabilidade pública, em 2001, e despesas públicas, em 2004, organizados pela Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública.

Frequência do curso do novo contencioso administrativo, organizado pela Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo e pela Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública, em 2003 e em 2004 — frequência do curso Os Contratos Públicos no Direito Comunitário e no Direito Português, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 2004.

É titular do curso de formação pedagógica de formadores, desde 2004.

Seminário de Alta Direcção, do Instituto Nacional de Administração, em 2005.

De 1997 a 1999 realizou o estágio de advocacia. Advogado de 1999 a 2005.

Foi consultor na empresa Petrus — Consultores de Comunicação tendo trabalhado directamente com o Supremo Tribunal de Justiça e com a Ordem dos Advogados, entre 1998 e 2000.

Foi adjunto do Ministro de Estado e do Equipamento Social, de 2000 a 2001.

Entre Abril de 2001 e Maio de 2005 exerceu as funções de jurista, inicialmente na Direcção de Serviços de Pessoal, Acidentes e Indemnizações e depois no Gabinete Jurídico e do Contencioso, ambos da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública.

Subdirector-geral da Direcção-Geral da Administração da Justiça, desde Maio de 2005.

Despacho n.º 12 006/2007

Concretizada, no plano legislativo, a reforma orgânica do Ministério da Justiça, através da qual foi possível a diminuição do número de serviços e dos recursos a eles afectos, objectivo central do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), a par da promoção da cidadania, do desenvolvimento económico e da qualidade dos serviços públicos, importa proceder, na sequência da já realizada para o dirigente máximo, à designação da restante equipa dirigente de nível superior da Direcção-Geral de Reinserção Social.

Assim e considerando a competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício do cargo, como evi-